

Deputado quer abrir CPI da Habitação

Vandinho Leite busca apoio para investigar supostas irregularidades em processos de quitação de conjuntos habitacionais

O deputado estadual Vandinho Leite (PR) quer a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa para apurar supostas irregularidades em processos de regularização e quitação de imóveis com finalidade social, conhecidos como conjuntos habitacionais.

O que motivou o parlamentar a propor a abertura da CPI da Habitação é a situação das famílias de Serra Dourada, na Serra – bairro em que Vandinho foi criado –, que estão sendo despejadas e tendo seus imóveis arrematados por empresas privadas em leilões da Caixa Econômica Federal.

Essas empresas estariam se utilizando da especulação imobiliária

para lucrar quantias exorbitantes na negociação das casas, que foram construídas na década de 80 com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), para dar ao cidadão de baixa renda o acesso a moradia.

“Visitei as quatro famílias despejadas e percebi que, nos mandados de intimação e desocupação, as entregas dos imóveis estão sendo feitas sempre para a mesma empresa. Isso nos leva a querer verificar inúmeros erros”, explicou Vandinho.

Segundo o parlamentar, não é possível um empreendimento que foi financiado com os fundos da poupança com finalidade social passar a ser vendido por em-

presas privadas.

“Como pode a mesma empresa ter comprado todas as casas nos leilões? Será que não houve outros lances?”, questiona.

O deputado disse ter recebido denúncias de que a empresa estaria com R\$ 1,5 milhão reservado só para comprar casas em Serra Dourada.

Vandinho acredita que esteja ocorrendo várias irregularidades em outros conjuntos habitacionais do Estado.

“Isso tudo será apurado na CPI. Não se pode fazer especulação imobiliária com casas construídas com os recursos públicos. Isso é dinheiro do povo”, ressaltou o parlamentar.

O casal Fábio de Souza Rosa e Karla Margareth Borges Vieira Rosa iniciou o movimento contra os despejos no bairro.

“Há três meses, vi uma família sendo despejada e o dono sendo preso por tirar as portas e telhas. Além de perder a casa, teve que pagar fiança de R\$ 1 mil. Chamei os moradores e começamos o movimento na garagem da minha casa”, contou Karla.



Fábio Rosa iniciou o movimento contra despejo na Serra

ENTENDA O CASO

■ **Juros** - O problema com a inadimplência começou quando o Banco Econômico (agência que administrou o financiamento dos imóveis) financiou e refinanciou as casas aplicando ao saldo devedor juros exorbitantes. Os moradores de Serra Dourada, além de discordarem do valor, não tiveram como pagar as mensalidades.

■ **Atrasos** - Vários financiamentos estão atrasados há mais de 10 anos. Os moradores alegam que o problema é que, em alguns casos, a culpa pela inadimplência não é do mutuário e sim da antiga agência que administrava o financiamento dos imóveis.

■ **Falência** - O Banco Econômico faliu e a Empresa Gestora de Serviços (Engea)

foi contratada pela Caixa para administrar os financiamentos de contratos habitacionais antigos.

■ **Descontos** - Havia propostas de pagamento do débito à vista, ou com descontos que variavam de 30% a 80%, ficando, na maioria dos casos, com uma média de 50%, e ainda o refinanciamento da dívida para os que têm do-

documentação do imóvel.

■ **Opções** - Quem não tem a documentação do imóvel tinha a opção de pagar a dívida no nome do mutuário original ou pegar uma carta de crédito usando o FGTS e arrematar o bem no dia dos leilões, que estavam agendados para acontecer nos meses de janeiro e fevereiro de 2009, mas foram suspensos.

■ **Débitos** - Mais de 1.200 famílias estão em débito com a Caixa e tentam regularizar a situação fundiária dos seus lotes e casas. Muitas delas moram há mais de 20 anos no local e, mesmo assim, podem sofrer ações de despejo por parte da Justiça caso o problema não seja resolvido.

Fonte: Deputado estadual Vandinho Leite (PR)

Ministério Público pede suspensão de despejos

O Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) pediu à Caixa Econômica Federal a suspensão imediata das ações de despejo realizadas nos bairros Serra Dourada II e III, na Serra.

O pedido ocorreu após denúncias de moradores sobre possíveis irregularidades em contratos, além da suspeita de favorecimento a empresas privadas durante os leilões dos imóveis.

A assessoria da Caixa, no entanto, informou ontem que os créditos habitacionais de Serra Dourada II e III pertencem à Empresa Gestora de Ativos (Emgea) e ressaltou que somente ela tem o poder de negociação e decisão sobre esse assunto.

Esclareceu ainda que o banco faz apenas uma ligação com os mutuários, uma vez que a Emgea não possui agências físicas no País.

Ainda segundo a assessoria, o departamento jurídico da Caixa, através de ofício, comunicou ao MP-ES que o foro para ações contra o banco ou a Emgea é o Ministério Público Federal (MPF).

A Caixa informou também que "por questões de cortesia" esteve presente na reunião de quarta-feira com os moradores.